

O ENSINO DO PORTUGUÊS NA MODALIDADE ESCRITA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SURDOS

Cleuza Alves Lorangeira¹
Stela Santos Fernandes²

RESUMO: *O presente artigo foi baseado em uma pesquisa aplicada com abordagem qualitativa, cujo propósito fora analisar de que forma a Língua Portuguesa é trabalhada na educação de surdos incluídos na rede regular de ensino. Trata-se deste assunto por haver considerável descompasso entre as políticas educacionais vigentes recomendadas pelo Ministério de Educação e Cultura - MEC e a realidade dos estudantes com surdez atendidos em instituições de ensino da rede municipal de Itaberaba-Ba. O corpus da investigação fora organizado a partir de entrevista/questionário direcionados para educadoras inseridas no quadro efetivo do município e que atendem, em uma mesma sala, ouvintes – usuários da Língua Portuguesa oral, e surdos - usuários da língua de sinais. As questões foram elaboradas com base na literatura sobre o assunto e explanadas a partir dos relatos das pessoas entrevistadas, com embasamento em suas próprias práticas pedagógicas. Nesse sentido, consideramos interessante direcionar a atenção às narrativas construídas pelas educadoras para assim, refletirmos a respeito do trabalho que desenvolvem na disciplina de Língua Portuguesa, e com isso, entender os efeitos dessas ações docentes no processo de ensino/aprendizagem dos educandos surdos. Consequentemente reflexões como essas possibilitaram a ampliação da nossa visão de mundo relativa às pessoas com surdez em processo de aprendizagem da Língua Portuguesa, na modalidade escrita, e a defesa por melhorias na prática de ensino, com vistas a qualidade na educação dos surdos de Itaberaba.*

Palavras-chave: Educação de surdos; Práticas pedagógicas; Letramento

INTRODUÇÃO

A educação de surdos nos últimos tempos enfrenta grandes desafios e os trabalhos realizados pelas escolas em situação de inclusão de surdos, no município de Itaberaba, fomentaram o desejo de entender melhor a educação de surdos dentro de uma perspectiva bilíngue. Esse tema possibilita várias discussões, dentre elas, práticas que considerem experiências significativas com a leitura e a escrita, bem como, metodologias voltadas para a experiência visual dos educandos com surdez.

Justamente por isso foi relevante uma pesquisa voltada para as práticas pedagógicas dos educadores que atendem surdos em classes regulares. O processo investigativo se baseou no seguinte problema: Como as práticas pedagógicas voltadas para o ensino de Língua Portuguesa estão sendo adaptadas nas turmas que tem surdos incluídos? Realizamos um estudo qualitativo,

¹ Autora do artigo, graduanda em Letras Vernáculas pela UNEB *Campus XIII*, professora instrutora do Núcleo de Atendimento ao Surdo do Centro de Apoio Pedagógico em Educação Especial – CEAPE (localizado em Itaberaba-BA) e membro da Associação Social Civil de Interesse Público Itaberabense de Pessoas com Necessidades Especiais e amigos – ASSIPI PPNE e Amigos. E-mail: keu_alves5@yahoo.com.br

² Professora Especialista da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Educação – *Campus XIII*, orientadora do artigo.

através de entrevistas e aplicação de questionário, com as educadoras do fundamental I (1ª a 4ª série) de escolas com educandos surdos incluídos do município de Itaberaba.

As discussões em torno desse assunto nos fez convidar alguns estudiosos para partilhar os resultados de experiências e estudos que refletem sobre várias questões debatidas e apresentadas dentro das políticas educacionais e linguísticas na educação de surdos incluídos. Este trabalho contou com a participação de: Botelho, Capovilla, Fernandes, Quadros, Sacks, Salles, entre outros, enquanto referencial teórico citado de forma direta. Além desses, debruçamos em produções acadêmicas de autores que apesar de não serem tão citados, na literatura referente a educação de surdos, também prestaram um relevante serviço, para os docentes, discentes e pesquisadores, trazendo-nos novas reflexões sobre a educação de surdos no Brasil, eis: Robeval Teixeira e Silva, Sandra Patrícia faria e Simone Gonçalves de L. Silva.

Os estudiosos acima citado desenvolveram algumas pesquisas voltadas para o ensino da língua portuguesa na educação de pessoas com surdez usuárias da Libras e o resultado dessas pesquisas serviram de suporte para novas pesquisas. Os autores fazem questão de esclarecer a diferença existente entre a Língua Portuguesa e a Libras, bem como a posição que cada uma ocupa no processo de ensino-aprendizagem do sujeito surdo inserido na rede regular de ensino.

Recortando olhares sobre a temática do português escrito para surdos, passeando pela literatura, ouvindo educadores que vivenciam a educação de pessoas com surdez, assumimos o compromisso e desafio de desenvolver um trabalho sobre os relatos de educadores com relação as práticas pedagógicas adotadas no ensino do português escrito para os surdos. Esta pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2009, com três educadoras da rede municipal de ensino, em Itaberaba. A proposta da entrevista foi retirar do relato dessas educadoras: informações sobre as metodologias adotadas, recursos didáticos utilizados, conteúdos ministrados, mudanças ocorridas na forma de trabalhar, participação dos surdos nas aulas de Língua Portuguesa e a maneira como interagem para um processo de aprendizagem eficaz do português escrito, pelo aluno com surdez.

Com base nessas considerações, o artigo divide-se em cinco sessões. Na primeira intitulada: *Por uma educação bilíngue para surdos*, há um relato breve sobre métodos e abordagens teóricas utilizadas na educação de surdos; informações sobre o surgimento do bilinguismo; a proposta da educação inclusiva e as dificuldades enfrentadas pelos educandos surdos. A segunda parte, *A educação de surdos em escolas inclusivas*, trata da importância de se ter um educador disposto a conhecer e estabelecer a diferenciação entre Libras e Língua Portuguesa durante suas práticas pedagógicas. E para completar, a terceira sessão, *Olhares divergentes para línguas diferentes*, apresenta o Centro de Apoio Pedagógico em Educação Especial – CEAPE, espaço institucional de ensino/aprendizagem da Libras em Itaberaba; descreve as formas de identificação das educadoras entrevistadas; analisa o relato delas com relação a abordagem educacional adotada pela escola e a forma de contato que mantêm com seus educandos surdos.

POR UMA EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS

A Língua Portuguesa normativa foi durante muito tempo, e ainda é para alguns educadores, valorizada nas escolas fundamentando-se na crença de que é a língua modelo para o

sucesso escolar. Essa influência na educação de surdos foi marcante. Para entender o porquê faz-se necessário um passeio rápido pela história, com o intuito de perceber a proposta de cada método e abordagem teórica utilizados na educação de surdos.

Primeiro surgiu o oralismo com o foco voltado para processos terapêuticos dando ênfase à língua oral. Depois aparece o método da comunicação total, cuja proposta é utilizar todas as possibilidades de comunicação com a finalidade de ensinar a língua falada do país. Em seguida o bimodalismo aparece para defender o uso da Língua Portuguesa e da Libras concomitantemente, mas tarde denominado de português sinalizado. E por fim o bilinguismo, a corrente apresentada como a mais coerente por reconhecer a importância de se ter a língua de sinais como primeira língua, bem como, o ensino da língua oficial do país, no nosso caso a Língua Portuguesa, na categoria de segunda língua, ensinada em sua modalidade escrita.

Segundo Prillwitz e Volhaber (1990, apud Capovilla, 2008), a Suécia foi o primeiro país a concretizar o bilinguismo por ter reconhecido que as pessoas com surdez formam uma comunidade linguística diferente e devem ter seus direitos assegurados. A política educacional vigente do Brasil, pensando nessa minoria linguística, adotou a filosofia bilíngue para garantir, ao educando com surdez, o direito de adquirir duas línguas: a língua de sinais e a língua de seu país em sua forma escrita. Agora cabe a escola inclusiva, em suas práticas, trabalhar uma pedagogia que possibilite alcançar essa meta.

O ensino da Língua Portuguesa nas escolas é trabalhado como uma disciplina para falantes nativos de uma língua oral-auditiva. No entanto, com a proposta de Educação Inclusiva a demanda agora é outra e as metodologias devem ser diferenciadas para se atingir o objetivo da educação, garantia do ensino-aprendizagem a todos, principalmente quando se trata de ensinar o português para surdos brasileiros incluídos na rede regular de ensino.

A pessoa com surdez tem um impedimento biológico para a aquisição natural da Língua Portuguesa, por isso faz-se necessário que o ensino desta língua ocorra de forma sistematizada. As metodologias utilizadas pelos educadores devem possibilitar aos alunos surdos o acesso à língua-alvo (Língua Portuguesa) através de experiências significativas, apoiando-se no referencial bilíngue considerando a experiência viso-espacial do aluno surdo como base para a utilização dos recursos didáticos. Segundo o Ministério de educação (2006), é comum perceber a preocupação do educador em oferecer a estrutura gramatical da Língua Portuguesa por meio de exercício de repetição para fixar os vocábulos ou enunciados avulsos. E o resultado dessa postura acarreta em um fracasso escolar produzido pela inabilidade do profissional da educação de possibilitar aos surdos o aprendizado significativo do português escrito.

É através da Língua Portuguesa que as informações do cotidiano são divulgadas, por ser a língua oficial do país. A sua aprendizagem pelo surdo deve ser repensada como algo importante, porém não mais importante que a língua de sinais brasileira. Direito constitucionalmente garantido através da Lei 10. 436³, a Libras se torna a primeira língua a ser adquirida pelos

³ A LEI Nº 10.436, de 24 DE abril DE 2002, reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras como uma forma de comunicação e expressão, cujo sistema linguístico é de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, que constituem um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

surdos, apesar de serem inúmeros os fatores que justificam o acesso tardio dos surdos a essa língua.

Para que o aluno surdo compreenda a Língua Portuguesa torna-se fundamental que internalize primeiro a Libras porque é por meio dela que receberá informações da segunda língua a ser aprendida, nesse caso a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita. É por isso que a escola inclusiva deve ter uma política educacional que possibilite um currículo adaptado com metodologias e recursos didáticos, fundamentados na educação bilíngue de surdos.

A Universidade de Brasília, no ano de 2000, implantou no departamento o curso de licenciatura em português do Brasil como segunda língua. E a partir disso, grupos de trabalho-GTs foram organizados com o propósito de desenvolver métodos e técnicas adequados ao ensino da língua a comunidades que não têm o português como língua materna. Segundo SALLES (2004, p.33,1v) esse grupo “visa ao desenvolvimento da competência comunicativa dos brasileiros surdos por meio de ensino sistemático da Língua Portuguesa ao lado da Língua Brasileira de Sinais. Assume, assim, a tarefa de instaurar o bilingüismo, nas comunidades de usuários da Libras(...)”.

As pesquisas realizadas no GT acima citado mostraram que para se ensinar o português como segunda língua aos falantes da Libras, o profissional deverá ter conhecimento do código linguístico utilizado pelos não-nativos do português (Libras). O diálogo entre docente e discente é fundamental no processo de aprendizagem de uma segunda língua. Assim o surdo poderá tirar suas dúvidas diretamente com o educador e o educador por sua vez não terá dificuldade em se comunicar com o educando surdo.

Outro aspecto a ser considerado é a aquisição da Libras pelos surdos: segundo o Censo de 2000, 1,45% da população do Brasil é composta por surdos⁴ que em sua grande maioria são filhos de pais ouvintes. Isso quer dizer que grande parte dos surdos aprendem a Libras na escola de forma simultânea com a Língua Portuguesa e segundo Nembri⁵,

[...] causou uma grande confusão... uma vez que os códigos linguísticos próprios de cada língua – símbolos, estrutura e gramática – ao invés de serem aprendidos de modo dissociado, na maioria das vezes, eram aprendidos de modo associado, refletindo na escrita (na maioria das vezes errada), refletindo no gestual, quase sempre incompreensível [...] (NEMBRI, 2008, P.63)

Com o depoimento de uma pessoa surda que vivenciou esse processo de ensino “bilíngue” percebe-se o conceito equivocado de muitos profissionais com relação a educação bilíngue de surdos. Esse é o reflexo da falta de formação docente eficaz que faz com que o educador, inconscientemente, não respeite as diferenças linguísticas. Sacks (2007, p.133) diz

⁴ Esta porcentagem, equivalente a 2,5 milhões de pessoas, é composta em sua maioria por famílias de baixa renda, pois, no País, a surdez tem origem na falta de prevenção e de cuidados em doenças como meningite e rubéola, problemas comuns nas comunidades carentes, que sofrem com a escassez dos serviços de saúde e de informação.

⁵ Ele é surdo, mestre em Educação pela UERJ; Professor da Universidade Veiga de Almeida; Analista de Planejamento e gestão do IBGE.

que: “A língua não é apenas um esquema formal, e sim a mais exata expressão de nossos pensamentos, nossas aspirações, nossa visão do mundo.” Ou seja o ensino da segunda língua não pode ser de forma mecânica e nem ter a língua materna como suporte – porque isso descaracteriza as propriedades da Libras.

Como tem sido enfatizada, a educação de surdos dentro da rede regular de ensino deve ser vista sob um olhar diferenciado. O apoio pedagógico e a criatividade na forma de se trabalhar podem contribuir positivamente no processo de letramento dos surdos. É imprescindível ao educador ter como base o uso de recursos visuais ao planejar suas aulas por isso que é importante ter noções básicas da cultura surda e esta nova língua, a Libras. Se pensarmos no educador como mediador do conhecimento deve-se acreditar que o mesmo para realizar essa tarefa considerará as principais dificuldades da turma, mas isso só será possível se ele se dispuser a conhecê-la.

A EDUCAÇÃO DE SURDOS EM ESCOLAS INCLUSIVAS

Neste artigo, propomos revisitar as escolas em situação de inclusão com um olhar voltado para as conversas pedagógicas de educadores que atendem surdos e ouvintes juntos. Uma tentativa de construir, no diálogo, a legitimidade das práticas em sala de aula marcadas pelas experiências e não pelos discursos vazios baseados apenas em teorias.

[...] é fundamental que a escola se preocupe em como, onde, por que e para quem o letramento é transmitido, da atribuição dos significados e dos usos que dele são feitos; das expectativas esperadas com a aquisição das habilidades alfabéticas e quais dessas expectativas são realizadas e das diferenças estabelecidas a partir da condição social dos letramentos entre a população. (GIORDANI, 2004, p.118)

Os alunos surdos incluídos na rede regular de ensino são usuários da Língua Brasileira de Sinais – Libras e estão expostos à Língua Portuguesa em sua modalidade escrita. Assim consideramos que as escolas inclusivas de Itaberaba trabalham com a educação bilíngue para surdos e através das tradutoras/intérpretes de Libras, os educandos com surdez têm condição de participar das aulas compreendendo e fazendo-se compreender. É importante a atuação do profissional intérprete em sala de aula, mas não podemos deixar de lado a necessidade do docente também dominar a Libras, pois ele precisa estabelecer diferenciações e relações entre a Língua Portuguesa e a língua de sinais. Esses dois sistemas linguísticos precisam estar claros para que o educador ofereça condições suficientes de aprendizagem ao educando surdo.

Devemos considerar, em um primeiro momento, que o surdo é usuário de língua portuguesa como segunda língua. Sua escrita é semelhante à escrita de estrangeiros aprendendo a língua portuguesa e, portanto, o domínio da leitura e da escrita está intimamente relacionando com as práticas de leitura e escrita que a escola e o ambiente linguístico oferecem. (KARNOPP, 2004, p.107).

O grau de letramento de um estudante, independente de ser surdo ou ouvinte, vai depender do incentivo linguístico proporcionado a ele nos ambientes em que frequenta. Agora o acesso a informação no caso do surdo chega através da percepção visual, diferentemente do ouvinte que além do visual tem o oral-auditivo. A escola, apesar de não ser o único lugar de aprendizagem, é um espaço tradicionalmente visto como o único em que se aprende a ler e escrever formalmente. As pessoas com surdez, em sua maioria, só têm acesso a modalidade

escrita da Língua Portuguesa quando entram na escola. Paralelo a isso ocorre neste grupo a defasagem idade/ série.

Segundo BOTELHO (2005, p. 16), a inserção de surdos em turmas com alunos ouvintes “mesmo que os professores sejam bem preparados” só terá êxito se a Libras for circulada “ na sala de aula e na escola” para que o processo de letramento seja eficaz. A interação entre colegas surdos e ouvintes é necessária no processo de aprendizagem, mas só haverá essa possibilidade se ambos tiverem uma língua em comum para a comunicação, nesse caso a Libras. O uso da língua de sinais na escola com surdos incluídos não pode ficar restrita apenas entre surdos e Tradutores/Intérpretes de Libras. Assim sendo, a sua difusão permitirá aos surdos o acesso aos mais variados assuntos discutidos seja no recreio com os colegas e funcionários ouvintes, seja na sala de aula com o educador.

OLHARES DIVERGENTES PARA LÍNGUAS DIFERENTES

No Brasil, a luta dos surdos, de familiares e interessados pelo reconhecimento de sua língua fez com que a oficialização da Libras, conforme consta na Lei Federal 10.436 entrasse em vigor no dia 24 de abril de 2002. Apesar disso, muitas pessoas acreditam que as línguas de sinais são gestos que interpretam as línguas orais. Além de existirem diferenças nos canais de comunicação (a Libras é espaço-visual e a Língua Portuguesa é oral-auditiva), há também estruturas gramaticais específicas para cada uma delas.

Segundo Sacks (2007, p.22), “... é apenas por meio da língua que entramos plenamente em nosso estado e cultura humanos, que nos comunicamos livremente com nossos semelhantes, adquirimos e compartilhamos informações”. E é na defesa de uma educação para todos, que consideramos importante a interação entre surdos e ouvintes, porque a falta de convivência acarreta conseqüentemente em problemas sociais, cognitivos e até mesmo linguísticos. Infelizmente muitos surdos são inseridos no ambiente educacional sem o domínio de língua de sinais porque em sua grande maioria são filhos de pais ouvintes que não conhecem a Libras.

Em Itaberaba os educandos com surdez são matriculados primeiramente no Centro de Apoio Pedagógico em Educação Especial – CEAPE para terem noções básicas de Libras antes de serem incluídos na rede regular de ensino. Ao entrarem na escola regular, eles têm Intérprete de Libras para traduzir as aulas e no turno oposto atendimento educacional especializado no Centro. O CEAPE vem prestando um relevante serviço educacional no que tange a proposta inclusiva, pois acompanha os alunos com deficiência que estão incluídos na rede municipal de ensino.

O Centro faz, no início do ano letivo, um levantamento da quantidade de docentes com turmas inclusivas e qual necessidade educativa atenderá. Após esse primeiro contato, no caso dos educandos com surdez matriculados na rede regular de ensino, o Núcleo de Atendimento ao Surdo, responsável em atender essa clientela, realiza um trabalho inicial de sensibilização com a coordenação, direção e educadores abordando alguns assuntos imprescindíveis nesse primeiro momento, como: a inclusão de surdos, a proposta de educação bilíngue para surdos, a língua de sinais, o papel do Tradutor/Intérprete de Libras e, entre outros, o apoio do CEAPE e da Secretaria Municipal de educação na formação contínua dos educadores. Além disso, no

primeiro dia de aula o Núcleo desenvolve trabalhos de conscientização do respeito à diversidade com os discentes.

Núcleo de atendimento ao surdo, responsável pelo acompanhamento das pessoas com surdez incluídas na rede regular, realiza atendimento aos educandos surdos em turno oposto, para trabalhar com suas necessidades específicas, visando a autonomia no ambiente escolar e fora dele. Vale ressaltar, que apesar do foco da pesquisa ser a rede regular de ensino, é bom saber que o processo de inclusão no município se deu graças ao efetivo trabalho que o CEAPE vem realizando desde 2006, ano em que ocorreram as primeiras inclusões de surdos no município.

As professoras entrevistadas serão identificadas como: pA, pB e pC. A primeira leciona há dez anos, atende atualmente a 1ª série, e este é o primeiro ano que trabalha com surdos. A segunda, respectivamente, ensina há vinte e três anos, leciona na 3ª série esse ano, está há dois anos com surdos incluídos. E a última, possui treze anos de experiência em sala de aula, está na 4ª série atualmente e atende surdos na rede regular há dois anos. Todas as professoras são funcionárias efetivas no município e trabalham em escolas de pequeno porte localizadas em bairros periféricos da cidade.

Na aplicação do questionário uma das perguntas referiu-se à abordagem educacional utilizada pela escola: pA sinalizou todos os meios de comunicação (gestos, mímicas e oralidade), pB indicou o bilinguismo (ensino do português através da Libras) e pC marcou o bimodalismo (uso da Libras para transcrever palavra por palavra do português). Percebemos com essas respostas que ainda existe uma falta de sintonia com relação ao tipo de concepção educacional adotada pelas instituições da rede municipal em situação de inclusão.

A educação bilíngue de surdos tem sido difundida constantemente pelo Ministério de Educação e defendida pelos profissionais do CEAPE, contudo, sentimos durante a pesquisa que ainda não há uma clareza, sobre o que propõe essa concepção teórica em torno do ensino de língua, por parte dos educadores que atendem surdos em situação de inclusão. O bilinguismo na educação de surdos ocorre quando a pessoa com surdez usa a Libras como língua materna para ter acesso ao conteúdo da escola e durante esse processo aprenda a segunda língua, o português – língua oficial do país.

A comunidade escolar ouvinte, de quase todas as escolas inclusivas, não faz uso da língua de sinais para se comunicar com os estudantes surdos. Além do espaço da sala de aula também há outros lugares mesmo dentro da instituição escolar que favorecem o letramento. Contudo é preciso que haja mediação nesses espaços e o conhecimento da língua de contato. Por isso, é importante que o educador também seja usuário da língua de sinais e com isso poderá entender que a Libras e a Língua Portuguesa apesar de serem línguas, têm propriedades específicas e não devem ser trabalhadas concomitantemente.

Em outro quesito perguntamos às educadoras como estabelecem contato com seus alunos surdos: pA grifou gestos, expressão corporal e língua de sinais; pB destacou a língua de sinais; e pC sinalizou gestos e expressão corporal. Ao analisar a justificativa de cada uma, encontramos o motivo para tais respostas. A primeira relatou não ter domínio da língua de sinais, a segunda reconhece que é uma língua necessária por ser a forma de comunicação dos surdos e a terceira por não ter domínio da Libras acredita que no momento é mais prático fazer uso de gestos e expressões corporais para se comunicar.

A partir do momento que o professor se dispõe a trabalhar com surdos incluídos é imprescindível que conheça e faça uso da língua de sinais, mas para isso precisa ter consciência da importância na interação entre educador ouvinte usuário da Libras e educando surdo usuário da Libras, para o desenvolvimento no processo de aprendizagem do estudante surdo.

Com relação ao português escrito questionamos se os surdos apresentam atraso na aprendizagem e todas as educadoras sinalizaram que sim. A primeira relatou que os surdos têm muita dificuldade para compreender o assunto, a segunda justificou argumentando sobre a disparidade entre a idade/série, e a terceira relatou que eles precisam de um tempo maior para uma compreensão melhor por isso sentem mais dificuldade que os ouvintes.

Nesse sentido, é fundamental entender primeiro que ensinar a Língua Portuguesa como língua materna é diferente de ensiná-la como segunda língua para surdos. O educando ouvinte, nativo da Língua Portuguesa, tem acesso às informações que lhe são impostas pela sociedade, nos diversos meios, principalmente em áudio, a todo o momento e esse acesso facilita na mediação para a aprendizagem de assuntos trabalhados em sala de aula. O educando com surdez, usuário da língua de sinais, dificilmente terá acesso às informações circuladas da mesma forma que o ouvinte porque a sua língua de acesso difere da maioria linguística.

O educador enquanto mediador, lecionando ou não para surdos, deve buscar formas de fazer com que o conhecimento seja construído pelos educandos. Nos casos em que o educando tem acesso ao conteúdo ou assunto pela primeira vez, de fato, ele precisará de um tempo maior para fixar as informações. Estar ciente dessa diferença poderá ajudar a definir melhor o tipo de metodologia e os recursos didáticos ajudando no processo de interação para a aprendizagem em sala de aula.

A educação para todos vem sendo constantemente difundida pela mídia e um dos documentos que trata isso com bastante afinco é a Declaração de Salamanca. Salamanca foi o lugar onde reuniram-se mais de 300 representantes de organizações do mundo todo com o propósito de produzir um documento que garantisse uma educação de qualidade para todos.

Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos de uma cooperação com as respectivas comunidades.(Declaração de Salamanca, 1994)

A troca de experiência entre profissionais e interessados na área, incluindo a comunidade surda e sua família, é importante para o reconhecimento e êxito no trabalho com a Língua Portuguesa na educação de surdos. No caso da aprendizagem de segunda língua na modalidade escrita, algumas especificidades são imprescindíveis para que o mediador ofereça condições adequadas no desenvolvimento acadêmico e intelectual do educando. Dentre as principais preocupações está a leitura constituindo a etapa fundamental para o processo de aprendizagem da escrita, no ensino do português enquanto segunda língua para surdos (SALLES, 2004). Nesse processo, a leitura deve ser feita em língua de sinais para que o aluno com surdez tenha propriedade sobre o assunto de uma forma mais ampla para posteriormente ter acesso à leitura da palavra de forma contextualizada em Língua Portuguesa. Na educação inclusiva de surdos, a

língua de sinais deve ser usada como primeira língua no processo de ensino/aprendizagem se a escola estiver trabalhando dentro de uma perspectiva bilíngue para surdos.

O profissional que não está apto para lecionar em uma turma inclusiva, e que não se propõe a aprender, estará contribuindo para a regressão de um direito conquistado com muita luta, por uma educação realmente para todos. Mas nem sempre a culpa é do educador, pois, em muitos casos, lhes falta a oportunidade de participar das formações e atrelado a isso a falta do incentivo profissional e financeiro. Em fim, a escola precisa pensar em políticas educacionais para surdos através de um ensino baseado na percepção visual. É necessário que se tenha, a disposição do educador recursos didáticos visuais para que o educando com surdez não seja impedido de receber as informações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com surdos e ouvintes juntos não é tarefa fácil; exige do profissional da educação muito mais comprometimento com o ensino. A formação permanente é muito importante, a base teórica é imprescindível para o desenvolvimento de um bom trabalho, conhecer e dominar a Libras também ajuda no processo de ensino-aprendizagem do aluno com surdez.

A melhoria na qualidade do ensino só será possível se houver comprometimento educacional por parte dos profissionais envolvidos no processo de inclusão e se os mesmos exercitarem o papel de professor pesquisador. Assim, parte do caminho a ser construído será conquistado com base em questionamentos precisos sobre a própria prática pedagógica tendo referência no potencial do educando e não em sua limitação.

Sabe-se que a inclusão educacional de surdos não é simplesmente colocar surdos e ouvintes lado a lado numa sala; são necessários estudos mais profundos sobre o ensino da Língua Portuguesa a partir de uma concepção de segunda língua, levando em conta os saberes surdos e principalmente a língua de sinais como primeira língua. Portanto o propósito dessa pesquisa foi justamente entender quais as maiores dificuldades enfrentadas pelo educador no ensino de português nas classes em que estão juntos surdos e ouvintes e com isso possibilitar novas reflexões e melhores ações para a inclusão de surdos em Itaberaba.

A pesquisa apresentou a realidade das educadoras entrevistadas e ficou visível a carência de uma formação mais específica relacionada à proposta de educação de surdos dentro da perspectiva bilíngue. Nesse sentido, é papel da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, promover curso de formação continuada para os educadores da rede principalmente aqueles que já têm educandos com surdez em suas turmas. Percebemos também, que falta aos docentes orientações referentes a um ensino voltado para percepção visual. Esperamos que os resultados sirvam de instrumento de análise e proposta afirmativa para a composição de inovações nas práticas pedagógicas a serem aplicadas para com os alunos surdos incluídos na rede regular.

Por fim, acreditamos ter ampliado nossos olhares com relação ao processo de aprendizagem do português escrito de pessoas com surdez em escolas inclusivas. Com essa pesquisa constituímos hipóteses, aprimoramos as observações e a partir da análise dos dados

obtidos sobre o assunto nos familiarizamos com o problema. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos que acreditam na inclusão e das barreiras de comunicação expostas constantemente aos surdos, Itaberaba já deu o primeiro passo agora só resta aprimorar e crescer em cima das falhas.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas**. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial. **Saberes e Práticas da Inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua de Sinais Brasileira**. Vol. II. 3ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

Declaração de Salamanca. 1994, Espanha. Disponível em: http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf acesso dia 24 de fevereiro de 2009.

FERNANDES, Sueli Fátima. **Prática de letramento na educação BILÍNGUE para surdos**. Curitiba: SEED/CEDITEC, 2006.

GIORDANI, Liliane Ferrari. Letramento na educação de surdos: escrever o que está escrito nas ruas. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini. (Orgs.) **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais na educação dos surdos. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini. (Orgs.) **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Tradução Laura Texeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALLES, H. M. M. Lima. [et al.]. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. 1v. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

_____. [et al.]. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. 2v. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

SILVA, Ângela Carrancho da; NEMBRI, Armando Guimarães. **Ouvindo o silêncio: educação, linguagem e surdez**. Porto Alegre: Mediação, 2008.